



ÓRGÃO DE UNIDADE DOS CAMPONESES DO NORTE

N.º 10 — 2.ª SÉRIE

FEVEREIRO

DE 1965

PREÇO: \$50

O PLANO INTERCALAR DE FOMENTO E A DEMAGOGIA FASCISTA (I)

RESPOSTA AOS
PALRADORES DA
«ASSEMBLEIA
NACIONAL»

À excepção de uma minoria, os portugueses sofrem na sua carne sacrifícios diversos e tremendos, resultantes de uma política erradíssima de um Governo que resolveu assenhorear-se do país pela força, como se se tratasse de propriedade sua. Isto é, uns tantos cavalheiros, tendo por chefe o «infalível» Salazar, resolveram, a seu belo prazer, criar uma política que só beneficia meia dúzia de pessoas, em detrimento de uma maioria sofredora. Neste ambiente de desgraças, e com aspectos trágicos para a fami-

lia portuguesa, que o cruel governo criou ao povo português, está incluída a pobre agricultura. Esta encontra-se numa situação tão crítica, que os próprios membros da alcaiteia que devora o povo português, com vontade ou sem ela, não podem deixar de lhe fazer referência.

As «penas» dos papagaios da Assembleia

De há tempos para cá, na chamada Assembleia Nacional, têm surgido vozes que vão pondo a nú a crítica situação da lavoura. Têm-se dito algumas e boas verdades, mas «para inglês ver». É que, ao mesmo tempo que se denuncia a incúria e o desprezo do governo pela agricultura, tecem-se, por outro lado, rasgados elogios a esse mesmo governo e às leis que ele forja e em cujo corpo esses próprios papagaios da chamada (continua na 3.ª pag.)

«A TERRA»
transcreve o
manifesto as-
sinado por um
grupo de vi-
nicultores.

VINICULTORES! PROTESTEMOS CONTRA A TAXA sobre o vinho e o aumento DAS CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

A nossa situação não cessa de piorar. É o problema dos preços, das contribuições e impostos — mais caros que os dos outros sectores da economia, dos créditos, da usura e de tantos e tantos outros, que constituem uma verdadeira e constante espoliação, imposta pelo governo de Salazar a milhares de camponeses. É o problema da distribuição da terra, que continua a impedir o desenvolvimento da economia e a fazer dos ricos cada vez mais ricos e dos pobres cada vez mais pobres. Para podermos subsistir, somos obrigados a vender por carne as nossas vacas leiteiras, ou as nossas galinhas poedoras com menos de um ano. A maquinaria e os produtos químicos, de que tanto necessitam as nossas terras, estão cada vez mais caros e só os latifundiários e

grandes agrários os podem comprar. Em contrapartida, somos obrigados a vender os nossos produtos cada vez mais baratos e estamos constantemente sujeitos a taxas sobre os produtos que colhemos. É o que acaba de acontecer com a recente Portaria nº 21.006 dos ministérios das Finanças e da Economia, que autoriza a Junta Nacional do Vinho a cobrar \$40 por litro de vinho de 1964. Este recente e descarado roubo de 10\$80 em almude e de 220\$00 em pipa vem mais uma vez demonstrar as soluções que oferece a ditadura fascista de Salazar para os nossos tão graves problemas. Ela prossegue cada vez mais implacavelmente a sua política de espoliação contra nós. Forçados pela ruína, emigramos para os países estrangeiros (continua na 4.ª pag.)

SÓ A LUTA PORÁ FIM À REPRESSÃO

A constante repressão desencadeada pelo governo salazarista contra o nosso povo é cada vez mais cruel. Sucedem-se os actos terroristas, as arbitrariedades e ilegalidades a que diariamente assistimos e sentimos na nossa própria carne. Metralha-se o povo pelo simples facto de protestar contra a ordem de saída do seu pároco, como aconteceu em Lourosa (Vila da Feira). Roubam-se ao nosso convívio os nossos filhos ou irmãs na idade em que nos começavam a ajudar, quer nos trabalhos ou com o seu salário, e enviam-nos (continua na 2.ª pag.)

ABAIXO A REPRESSÃO!

(continuação da 1ª pág.)

para as colónias, onde muitos vão encontrar a morte longe da sua pátria, defender os interesses dos exploradores desses povos e do nosso.

Prende-se e tortura-se com os maiores requintes de banditismo dezenas de jovens estudantes, por lutarem pela autonomia das suas escolas e universidades. Condena-se a longos anos de prisão homens e mulheres honrados, cujo único crime é o de muito amarem a nossa Pátria.

Homens fardados ou à paisana, armados até aos dentes, que nem sequer são das nossas terras, obedecendo cegamente às ordens fascistas, impedem-nos de falar uns com os outros nas ruas das nossas próprias localidades ou das nossas próprias casas. Espancam-nos, insultam-nos, ameaçam-nos com a prisão, quando não nos prendem mesmo, se protestamos contra a prepotência das leis ditadas pelos fascistas cu contra a arrogância dos seus lacaios.

Mas nós, camponeses, não vamos deixar as forças repressivas prosseguir os seus crimes à vontade. Vamos-nos unir aos operários e demais forças populares, organizar Juntas de Acção Patriótica e lutar pelo derrubamento do regime fascista que nos explora e oprime. Vamos, por isso, escrever nos muros, nas estradas, onde fôr possível, a giz, a carvão ou a tinta:

Organizemos Juntas de Acção Patriótica! Abaixo o salazarismo! Abaixo a repressão! Abaixo a Pidel! Liberdade para os presos políticos! Que cessem as torturas aplicadas aos presos! Abaixo as medidas de segurança! Abaixo a guerra colonial!

Guerra ao regime fascista de Salazar!

CONFRONTANDO

Quando da formação de novas indústrias, da ampliação das já existentes, ou quando da construção de casas nas cidades, etc., em qualquer destes casos, o governo não cobra contribuições ou décimas durante um certo número de anos. Acontecerá o mesmo quando o camponês faz grandes gastos nos seus campos, quer explorando águas, construindo muros, surribando, construindo casas agrícolas, plantando um pomar, etc.? Não, não acontece nada disso. O camponês continua a pagar da mesma maneira a décima já tão cara, e até, em certos casos, ainda sofre aumento com os melhoramentos feitos na propriedade. Aqui está outro exemplo que confirma as diferentes atenções que o governo tem por uns e por outros. Isto é, amparando e auxiliando o industrial capitalista, enquanto despreza o camponês trabalhador, lançando-o numa situação desesperada.

Na simples reconstrução de um muro de suporte no campo e que foi destruído pelas águas duma trovoadas, o camponês, para reconstruí-lo, tem, nalguns casos, de pagar uma licença à Câmara, quando numa altura destas o camponês precisava era de um grande auxílio para o socorrer face aos campos destruídos pelas águas das trovoadas. Mas, em vez disto, tem de pagar licenças para a reconstrução dessas destruições,...

E, quando algum camponês que, por ser mais afoito, ou mais consciente dos seus direitos, ou por esquecimento, não tirou a devida licença para reconstrução do outro muro, está sujeito a pagar multas que ainda são de maior quantia que as licenças.

Eis, camponês amigo, a paga que o governo nos faz pelos nossos sacrifícios. Mas nós não nos devemos ficar.

Se lutarmos, um dia também vamos de FAZER PAGAR ao governo de Salazar e aos exploradores que ele defende todos os roubos e abusos que nos têm feito.

DOS JORNAIS

Facilidades concedidas pelo governo QUE PREJUDICAM OS AGRICULTORES

«Inquanto a viticultura nacional atravessa uma crise grave pela dificuldade de escoamento dos seus produtos, (...) em Angola está autorizado o fabrico de uma bebida denominada «Licor de vinho», feita de tudo menos de uva, e cuja produção se eleva já para 500.000 litros por mês (...). As autoridades médicas condenam o uso de semelhante bebida, que acarreta graves inconvenientes para a saúde dos consumidores (...). Numa altura em que procuramos descobrir mercados estrangeiros para colocar o excedente da nossa produção vinícola, não faz sen-

tido que sejam os próprios nacionais a trocar o vinho português, cuja reputação está firmada em todo o mundo, por uma mistela a que se dá o nome pomposo de «Licor de vinho» e que não tem nada que ver com o sumo da uva»...

Estas facilidades concedidas pelo governo de Salazar a esses mixordeiros não têm como objectivo o desenvolvimento da economia angolana, mas a protecção de um punhado de traficantes que querem enriquecer à custa das mais descaradas mixordices, mesmo que prejudiquem a saúde pública.

«OS VITICULTORES DE VENTOSA DO BAIRRO precisam que lhes paguem o vinho»

«Diz-nos uma informação de Ventosa do Bairro, que os lavradores da região se encontram aflitos, pois, tendo vendido os seus vinhos há

mais de sete meses, à J. N. do Vinho, ainda não receberam o dinheiro correspondente. Ora, isto complica-lhes extraordinariamente a sua já difícil

situação, pois carecem de meios monetários, não só para pagarem as novas contribuições, que estão à porta, como, e principalmente, para prover ao amanho das vinhas, que principia a ficar atrasado.

«Estando a maioria sem receber o produto da venda da colheita de 1963, não podem pagar os trabalhos agrícolas, que deverão produzir a colheita do próximo ano. Porque não paga a J. N. do Vinho, pelo menos uma percentagem, para acudir a este desânimo?»

* Estes dois comentários falam por si; demonstram bem a que desprezo está votado o agricultor.

Camponês! Por Portugal fora já vão surgindo bastantes vozes em nossa defesa. Unamos também as nossas e elas e façamos delas portavoza das nossas queixas. Preparemos a luta que há de derrubar este governo. Só assim é que nos livraremos das mil e uma injustiças que sofremos.

O PLANO DE FOMENTO E A DEMAGOGIA (I)

(continuação da 1ª pág.)

Assembleia Nacional encontram matéria com a qual não concordam ou fingem não concordar, e que os leva a fazer com ar de grandes oradores, mas de retórica, gran des tiragens de condenação, que se traduzem afinal num perfeito malabarismo e mistificação — numa palavra: actuam como grandes demagogos. É que, quando se condena, não se pode elogiar um governo que levou o país à ruína. Vejamos a farsa dos palradores no «debate» do «Plano Intercalar de Fomento» e da «Lei de Meios» na chamada Assembleia Nacional, sobre a agricultura.

O deputado P. Carneiro começa por dizer: «A agricultura atinge um estado de desorientação, de depauperamento e de discordância, que está à beira da irreparável ruína». «A lavoura caminha a ritmo vertiginoso para a derrocada». «As queixas são constantes»... «Mas as soluções práticas não despertam da letargia em que parecem mergulhadas». «Os adubos que a indústria fornece à agricultura têm preço elevado, mas a indústria é protegida e próspera, o agricultor vende muitos dos seus produtos a preço de miséria e, submisso, espera a hora de morrer à míngua». «A agricultura debate-se com enorme crise e, para que esta se torne mais dramática, sobem as contribuições e novos impostos são criados». Mas este mesmo deputado elogia o governo deste modo: «O Plano Intercalar de Fomento, não obstante os seus altos méritos»... «Daqui endereço o meu apêlo ao governo para que sem delongas e com o sentido de objectividade que é tîmbre da sua administração»...

Outro deputado, o Santos da Cunha, critica: «Valerá a pena mais uma vez repetir que a situação da lavoura se torna, dia a dia, cada vez mais difícil?» «As verbas consigna-

das à agricultura no Plano Intercalar de Fomento são mais que insignificantes»... Passando depois a elogiar nos seguintes termos: «A Lavoura continua fiel a Salazar, é nele que confia»...

O deputado Nunes Fernandes denuncia: «...verifica-se então que se que se atribui à indústria a parte de leão desses investimentos. Ora, o Plano Intercalar de Fomento, pelo que toca à lavoura, parece estar muito distante das realidades»... Mas antes tinha elogiado deste modo: «Elogio a atitude do governo por trazer à Assembleia Nacional diploma de tão grande importância como é o Plano Intercalar de Fomento».

Outra denúncia do deputado Costa Guimarães: «São, evidentemente, poucos os escassos dois milhões de contos para uma lavoura com uma agricultura atrasada e urgentemente necessitada de rápida recuperação». Mas antes tinha elogiado assim: «Congratulo-me com a impressionante capacidade financeira que o Plano demonstra»... etc., etc.

Mas a vigarice continua, e assiste-

-se então à farsa da chamada «moção» à Lei do Plano Intercalar de Fomento que o deputado Santos Cunha reprova por vários considerandos, mas que acaba por assinar para «não parecer mal» e não fugir ao costume da casa. E assim, após tantos dias de discussão altamente sonante, a «montanha deu à luz um rato», isto, é a moção.

Mas os palradores continuam a sua farsa na chamada discussão da «Lei de Meios»... Agora é a vez do deputado Moura Ramos que, elogiando, diz o seguinte: «A proposta em apreciação vem mais uma vez confirmar a obediência aos princípios e àquelas linhas mestras seguidas por Salazar»... Para depois dizer: «...Tal orientação equivale, como já disse, a combater em duas frentes de batalha: em África (...) E nas frentes de competição dos grandes espaços económicos, na recuperação do atraso industrial (?), que a esterilidade de longos anos condicionou» (?).

Muita mais demagogia foi feita, mas ficamos por aqui...

A demagogia fascista NÃO ENGANA OS CAMPESES

Não, senhores deputados! É preciso haver honestidade na interpretação das coisas... Que «altos méritos» pode ter um plano que sai da mesma forja de tantos outros planos, leis, etc., e que têm dado lugar a uma crítica situação nacional que os próprios senhores deputados parecem condenar? Que «sentido de objectividade» e «linhas mestras» são essas numa administração que lançou no caos uma das partes fundamentais da economia da Nação — a agricultura? Que objectividade há nas vossas palavras, senhores deputados? Que trapalhice vem a ser o vosso procedimento?

Deixemo-nos de demagogia e passemos à tal objectividade tão apregoadada e tão arredada daqueles que querem merecer o nome de seres humanos. É preciso haver uma consciência do dever, da honra, um pouco mais de respeito e de honestidade, senhores deputados. Os primeiros passos a dar para a salvação da situação económica da Nação, será no sentido da substituição total de uma estrutura que, desde o princípio da sua formação, começou a errar gravemente, e por mais que pessoas

honestas levantassem a sua voz para mostrar os erros que se cometiam, nunca foram ouvidos. Antes pelo contrário. Essas vozes foram e continuam a ser crimiinosamente molestadas. Mas essas vozes não são as dos senhores deputados. São as vozes dos trabalhadores portugueses e das suas organizações políticas, que o governo persegue há perto de 40 anos. De vós nada de bom pode esperar a Nação, pois sois órgãos do mesmo corpo putrefacto.

Depois de uma vivência cheia de erros e de crimes, chegamos a isto, àquilo que os próprios senhores deputados vão criticando neste teor: «A doença — refere-se ao estado da agricultura — está diagnosticada, a doença alastra»... «Não precisamos de especialistas subtils que a classifiquem, mas de médicos práticos que a tratem com a terapeutica adequada». Ora, na escolha da tal «terapeutica adequada» é que está a principal tarefa, o principal acerto. Passemos, pois, aos métodos «práticos» empregando o remédio eficaz, cartas na mesa senhores deputados!

(Este artigo continua no próximo número)

E AINDA DE PALA (DOURO)

«Caminhos em mau estado»

É de lastimar o estado em que se encontram quase todos os caminhos paroquiais e municipais, alguns dos quais estão praticamente intransponíveis.»

É esta a sorte a que estão sujeitos os camponeses, que mourejam do nascer ao pôr do sol, quando não mais, sem uma recompensa digna e humana.

Camponês queixa-se da sua má sorte por diversas razões, mas são tantas as coisas que existem contra si, que não é com facilidade que se esgotam os assuntos. Hoje, refiro-me aos caminhos de acesso às propriedades.

Poucas são as propriedades que confinam com as estradas principais. A maior parte delas têm só acesso por caminhos muito estreitos e, em poucos casos, por estradas municipais. Mas o mau estado destas é de tal ordem, que qualquer pessoa, mesmo alheia aos campos, que pisseie por eles, facilmente se apercebe do péssimo estado em que se encontram essas vias de comunicação. Os caminhos das encostas estão de tal modo deteriorados, que só as cabras, por assim dizer, é que podem transitar por eles. Estes caminhos, que deveriam ser substituídos por caminhos vicinais, bem empedrados, para facilitar à máquina o acesso aos campos, em vez disso, nem sequer se encontram em bom estado de conservação para poderem ser utilizados pelo burro ou pelo simpático, mas já antiquado carro de bois. Mas até a maior parte das estradas municipais, que vão servindo de ligação entre as povoações e as estradas principais, mesmo essas, estão em mísero estado de conservação, mal se pode transitar nelas, ao

ponto de contribuírem para a rápida deterioração da máquina, que as utiliza e que custou tanto dinheiro.

Camponês, uma das coisas que melhoraria também um pouco a nossa sorte seria termos bons caminhos de acesso à propriedade. O usuário intermediário, a quem estamos entregues, sempre nos pagaria qualquer coisa melhor os produtos que lhe vendemos, desde que a máquina fosse carregá-los ao próprio lugar da produção. Além de outras vantagens que o bom acesso aos campos nos traria. Mas o governo que tenta continuar a governar-nos pela força não orienta os dinheiros que nos obriga a pagar para coisas que nos possam ser úteis, que levistem a agricultura do caos em que se encontra. Esse governo entendeu que era melhor gastar em guerras esses dinheiros que tanta falta nos fazem, guerras onde não só se gastam rios de dinheiro, como se consomem as vidas dos nossos filhos, pais e irmãos.

GRANDES MALES, GRANDES REMÉDIOS

Colega camponês, não podemos tolerar uma doídice destas por mais tempo, exijamos que o dinheiro que se gasta na guerra, e que é nosso, de todo o povo português, seja empregado em obras que tragam riqueza à Nação e o bem e o amor aos Portugueses, que esses dinheiros sejam gastos na construção de hospitais, escolas, estradas para melhor servirem os campos, etc., etc. ... Que esses dinheiros sejam também orientados para auxílio ao camponês, pondo-lhe à disposição empréstimos a longo prazo sem juros, etc.

A TAXA SOBRE O VINHO

(continuação da 1ª pág.)

ros, vendemos ao desbarato os utensílios, o gado e abandonamos a terra que, em muitos casos, os nossos avós já cultivavam.

VINICULTORES! Não devemos resignar-nos mais tempo. Exijamos transformações profundas das estruturas agrárias, que ponham fim ao atraso da agricultura e à espoliação e exploração de que somos vítimas. Com uma maior audácia e decisão, devemos empreender o caminho da luta para defendermos os nossos interesses. Não permitamos, seja a quem fôr, que nos roube os \$40 por cada litro de vinho que vendamos. Sigamos o exemplo das centenas de vinicultores que se reuniram na sede do Grémio da Lavoura da Figueira da Foz, Santo Tirso, dos mil produtores e vendedores de vinho dos concelhos de Mortágua e de Vouzela, que se reuniram no edifício das respectivas Câmaras Municipais; dos lavradores-vinicultores do concelho de Águeda, estes, aproveitando o próprio decorrer da reunião da Câmara, para protestarem contra a taxa sobre o vinho, e de mais de um milhar de agricultores de Arruda dos Vinhos, que se reuniram na Câmara Municipal deste concelho para apreciarem os problemas que

afectam a lavoura.

Não devemos entregar nas mãos dos Grémios, ou outros organismos corporativos, a defesa das nossas reivindicações, mas forçá-las a apoiar a nossa luta. Tomemos nas nossas próprias mãos a ACÇÃO e organizemos as nossas Comissões para desenvolver a luta em defesa das nossas reivindicações. Como um só homem, unamos os nossos protestos contra a espoliação e exploração que contra nós é desencadeada. Gritemos em todas as reuniões: Abaixo a taxa sobre o vinho! Que ninguém pague os \$40! Abaixo o aumento dos impostos e contribuições! Queremos preços mais compensadores para os nossos produtos! Concentremo-nos no Grémio, Governo Civil, Câmara Municipal, Juntas de Freguesia e nas ruas, e exijamos a satisfação das nossas reivindicações.

Para a frente, vinicultores e vendedores de vinho, na luta contra este descarado roubo que o governo de Salazar nos quer fazer! Se lutarmos unidos e organizados, estes ladrões, fartos de tudo o que há de bom no mundo, perfumados e bem vestidos à custa do nosso suor, quebrarão contra a nosso firme e organizada resistência os dentes que tão cuidadosamente aguçaram para espetar na nossa carne.

Colega camponês, repara só nisto: com a guerra, os dinheiros não são só mal gastos, como os nossos filhos, que tanto nos custaram a criar, são-nos roubados para irem morrer nos campos de batalha. Com a paz e um governo amigo do povo, os dinheiros podem ser orientados para a riqueza da Nação, ou seja para a nossa melhoria de vida, e já os nossos filhos viverão ao nosso lado.

Camponês, sabias que na guerra de Angola se gastam cerca de 20.000 contos por dia? És capaz de fazer um juízo das estradas que se constroem ou a quantidade de caminhos que se compunham só com o dinheiro que se gasta num dia com essa guerra?

Colega amigo, vê a diferença que existe entre uma coisa e outra, de um lado a destruição e o ódio, do outro lado, a prosperidade e o amor. Temos, pois, que escolher pela melhor. É teu dever, é meu dever, para que amanhã os nossos filhos não nos reneguem ou nos chamem cobardes. Todos à luta para a derrota do mal, neste caso do governo que tenta continuar a governar-nos à força!